

Faculdades Integradas AVM

CRISTIANO DE SOUSA NASCIMENTO

Gestão Socioambiental

O desafio da sustentabilidade na administração pública

Brasília/DF
Outubro/2014

CRISTIANO DE SOUSA NASCIMENTO

Gestão Socioambiental

O desafio da sustentabilidade na administração pública

CRISTIANO DE SOUSA NASCIMENTO

Gestão Socioambiental

O desafio da sustentabilidade na administração pública

Monografia apresentada à Faculdade Integrada da AVM como requisito parcial para obtenção do título de Especialista MBA em Gestão Pública

Orientador: Rogério Gonçalves de Castro

Coorientação: Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo

Brasília
2014

CRISTIANO DE SOUSA NASCIMENTO

Gestão Socioambiental

O desafio da sustentabilidade na administração pública

Monografia julgada e aprovada:

Prof. Orientador Rogério Gonçalves de Castro

Dedico este trabalho a meus pais e irmãos, os quais sempre me apoiaram e incentivaram a trilhar com sucesso os caminhos do conhecimento e desenvolvimento pessoal.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar condições de sempre avançar com determinação superando os percalços e atingindo a vitória.

À Faculdade Integrada AVM por oferecer o curso MBA em Gestão Pública com competência e profissionalismo.

Aos meus orientadores Rogério Gonçalves de Castro e Fernanda Beatriz Ferreira de Macedo pelo suporte, correções e incentivos durante o curso e na elaboração do TCC.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional na caminhada da vida.

Aos meus irmãos e amigos pela compreensão nas ausências e momentos de menor disponibilidade do que gostaria.

E a todos que, direta ou indiretamente contribuíram com minha formação, vitórias e superação de obstáculos, o meu muito obrigado.

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.

Albert Einstein

RESUMO

Em tempos de crise climática planetária, os desafios da preservação ambiental se tornaram uma demanda que atinge toda a sociedade. Nesse cenário de incertezas, governos precisam dar respostas a partir de novas posturas e a transformar o discurso ambiental em novas atitudes e soluções efetivas.

No Brasil têm surgido iniciativas do Governo Federal que buscam incentivar a criação de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade, com programas específicos, como a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Projeto Esplanada Sustentável (PES), com adesão de diversas instituições públicas. Apesar de tais ações, o setor público brasileiro ainda não apresenta uma atuação robusta e significativa para que as políticas públicas de sustentabilidade aplicada à gestão pública atinjam as esferas federais, estaduais e municipais.

Diante das dúvidas em relação a quais ações são as mais efetivas na mitigação dos impactos ambientais da administração pública, o caso do Superior Tribunal de Justiça se destaca como referência na construção dessa referência.

Palavras-chaves:

Gestão Socioambiental. Gestão Pública. Sustentabilidade. Crise Ambiental. Meio Ambiente. Gestão Pública Sustentável. Inovação sustentável. A3P. Esplanada Sustentável. Poder Judiciário.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Triple Bottom Line.....	09
Figura 02 - Cartilha da A3P.....	19
Figura 03 – Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ.....	22
Figura 04 – Assessoria de Gestão Socioambiental.....	23
Figura 05 – Cartaz da campanha de coleta seletiva.....	26
Figura 06 – Coletores das circulações externas do STJ.....	27
Figura 07 – Coletores das circulações internas do STJ.....	27
Figura 08 – Caixas individuais para descarte de papel.....	27
Figura 09 – PEV do Projeto Biguá da CAESB no STJ.....	31
Figura 10 – Ponto de coleta da Campanha Ecotrônico.....	32
Figura 11 – Bloco de notas, bloco de recados e porta-clips.....	33
Figura 12 – Praça do Servidor. Ao fundo, expositores da Feira Orgânica.....	34
Figura 13 – Bancos e lixeira de material reaproveitado.....	34
Figura 14 – Cartaz da campanha contra as garrafas plásticas.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Consumo de materiais de expediente entre 2009 e 2013.....	36
Gráfico 02 – Comparativo de consumo de água mineral.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade de resíduos recicláveis coletados no STJ.....	28
Tabela 02 – Ações do STJ Solidário / AGS.....	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	03
2. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	04
2.1 Delimitação do tema.....	04
2.2 Objetivo.....	04
2.3 Justificativa.....	05
2.4 Problema da pesquisa.....	07
2.5 Hipóteses.....	08
3. CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO.....	09
4. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA.....	14
4.1 A sustentabilidade e a legislação.....	15
4.2 A referência no Governo Federal	19
5. GESTÃO AMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO.....	21
5.1 A inovação do processo eletrônico.....	23
5.2 A destinação dos resíduos.....	25
5.2.1 Reaproveitamento de óleo usado.....	31
5.2.2 Reciclagem de lixo eletrônico.....	32
5.2.3 Reutilizando materiais.....	33
5.3 A avaliação do consumo institucional.....	35
5.3.1 Reduzindo o consumo de água em garrafas.....	38
5.4 A sustentabilidade nas licitações.....	40
5.5 A solidariedade e o voluntariado.....	42
5.6 A consolidação da gestão socioambiental.....	43
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

Confirmando os prognósticos científicos, a crise climática mundial vem se agravando ao longo dos anos com repercussões na oferta de água, energia e alimentos e se reflete em novas demandas da sociedade para os governos. No âmbito da atuação estatal, a busca por soluções reconhece a importância cada vez maior de uma gestão pública alinhada aos preceitos da sustentabilidade ambiental, com mudança de paradigmas já estabelecidos na cultura organizacional.

Desde o início dos anos 2000, tem sido crescente a sensibilização da administração pública brasileira frente ao tema ambiental e, dessa forma, órgãos de planejamento e controle como Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), entre outros, têm publicado recorrentes recomendações nesse sentido. De forma similar, diversas leis tem materializado no mundo jurídico a preocupação de cientistas, especialistas e sociedade em geral.

Nesse cenário a gestão pública lentamente vem assimilando uma atuação mais sustentável, responsável e consciente dos impactos ambientais diretos e indiretos decorrentes de suas atividades. No entanto, ações práticas de sustentabilidade são usualmente caracterizadas por iniciativas pontuais, fruto do esforço isolado de núcleos específicos nas instituições. Na maioria das vezes tais núcleos atuam sem o fundamental apoio da alta administração, o que demonstra ainda certa fragilidade institucional da gestão socioambiental no setor público.

Assim, o presente trabalho buscará explorar o tema e apresentar iniciativas em curso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) - instituição do Poder Judiciário que tem se tornado um case na área de gestão socioambiental - que demonstram ser possível atuar com ações sustentáveis de resultados. A experiência do STJ tem inclusive contribuído para evidenciar um viés econômico aos preceitos de sustentabilidade no setor público, alcançando resultados significativos e criando novos paradigmas como a melhoria dos serviços prestados associado à busca de um ponto mínimo de consumo de recursos da instituição.

2. APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

2.1 Delimitação do tema

A crise ambiental que o mundo atravessa tem repercutido cada vez mais nas demandas da sociedade frente ao Estado. No Brasil o tema da sustentabilidade na gestão pública também tem se destacado e a experiência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pode ser considerada um referencial de estudo. O Trabalho de Conclusão de Curso irá analisar a aplicação prática dos preceitos de sustentabilidade ambiental na gestão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo geral

Analisar a importância das boas práticas socioambientais adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como os resultados alcançados, no âmbito das atividades desempenhadas pela instituição, de maneira que possam ser aperfeiçoados e aplicadas em outras instituições.

2.2.2 Objetivos específicos

- avaliar qual é o alcance das ações sustentáveis na melhoria da atuação da administração pública;
- avaliar quais são os resultados da aplicação do conceito de sustentabilidade na gestão do Superior Tribunal de Justiça;
- identificar repertório de boas práticas de sustentabilidade que possam ser adotadas por outras instituições públicas.

2.3 Justificativas

As mudanças climáticas, cada vez mais confirmadas pelos fatos, têm se tornado o maior desafio da sociedade contemporânea. O impacto da ocupação humana no planeta tem causado a poluição ambiental generalizada, o uso irresponsável dos recursos naturais e a extinção de espécies. Esse cenário tem resultado em desequilíbrios ambientais talvez irreversíveis como alteração do regime de chuvas, escassez de água doce, crise de energia, disseminação de doenças tropicais e ameaça de fome pelo mundo.

Diante das dificuldades trazidas pelas mudanças climáticas, a humanidade tem compreendido cada vez mais que o planeta é um bem único, que os recursos naturais são finitos e que a capacidade de recuperação do meio ambiente frente é limitada. Assim, há uma crescente discussão acerca da necessidade de mudanças de paradigmas de consumo em busca de um modelo mais viável de desenvolvimento. Percebe-se que a problemática ambiental deixou de ser assunto exclusivo de governos e especialistas e tem envolvido a sociedade na busca de soluções que conciliem a atividade humana e a preservação do meio ambiente, resultando em novas demandas para o Estado.

No que diz respeito ao governo, segundo dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), as compras públicas atingem aproximadamente 15% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, algo em torno de R\$600 bilhões anuais. Assim, verifica-se o potencial da administração pública em influenciar padrões de consumo e priorizar critérios de sustentabilidade nas licitações e comprova-se a sua grande responsabilidade e capacidade de enfrentamento dos desafios ambientais.

O presente estudo analisará a gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça por se tratar de um *case* de destaque na gestão socioambiental pública. O STJ foi criado em 1988 pela Constituição Federal e é um dos órgãos máximos do Poder Judiciário brasileiro, destinado a julgar em última instância todas as matérias infraconstitucionais não especializadas, ou seja, que fujam da alçada da Justiça Militar, Eleitoral ou do Trabalho. Denominado “Tribunal da Cidadania”, em 25 anos de existência essa Corte já ultrapassou 4,5 milhões de julgamentos de processos originados em Tribunais de todo o país.

O Superior Tribunal de Justiça tem sua sede em Brasília e ocupa complexo com mais de 130.000 m² de área construída, abrigando uma população fixa acima de 5.000 usuários. Para seu funcionamento, estimam-se recursos orçamentários de mais de R\$1 bilhão para o STJ em 2014, cerca de 3% do destinado ao Poder Judiciário (R\$35 bilhões) e 0,05% do orçamento da União (R\$2,4 trilhões).

Tais números demonstram a envergadura da estrutura física e operacional dessa instituição e a necessidade de redução dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. A aplicação dos conceitos da responsabilidade socioambiental, economia e otimização de recursos, combate ao desperdício, promoção de boas práticas e qualidade de vida de seus colaboradores são fundamentais para que se alcancem resultados satisfatórios nessa tarefa.

Em 2008 foi criado o Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do STJ para se estimular a preservação ambiental e a promoção social por meio de ações como a gestão de resíduos, combate ao desperdício de recursos, estímulo a inclusão social e inclusão de critérios socioambientais nas licitações. O PRSA desde então esteve subordinado à Diretoria-Geral do STJ, o que demonstrou comprometimento da alta administração da instituição, situação fundamental para mudanças na cultura organizacional.

Em 2009 teve início o projeto da virtualização total dos processos administrativos e judiciais no Superior Tribunal de Justiça, uma revolução na gestão eficiente dos recursos financeiros, materiais e humanos devido à economia de papel - e outros materiais - e à agilidade na tramitação processual proporcionados pela solução digitalizada adotada. Essa iniciativa foi pioneira no âmbito dos Tribunais Superiores brasileiros e desde então tem repercutido nas demais instâncias judiciárias, as quais tem se esforçado para adoção da mesma prática de gestão.

É importante destacar que uma das atuações do PRSA/STJ se baseia no acompanhamento do desempenho de indicadores de consumo do órgão como papel, água, energia e lâmpadas. Dentre os parâmetros avaliados desde 2008, houve redução significativa do consumo de papel, principal resíduo gerado pelas atividades do Tribunal, o que se deve a dois fatores principais: virtualização dos processos e campanhas internas de conscientização.

O PRSA também teve papel decisivo na elaboração da Política de Sustentabilidade do STJ, publicada por meio da Portaria N. 293 de 31/5/2012. Esse instrumento de gestão assegurou a adoção de estratégias integradas de diversos atores da instituição, com vistas à redução do impacto ambiental de suas atividades. A Política de Sustentabilidade do STJ busca compatibilizar o crescimento econômico, o desenvolvimento social e o equilíbrio ambiental por meio da inclusão de práticas sustentáveis nas atividades e na condução dos negócios da instituição.

Em 14 de agosto de 2014, o PRSA, até então um programa da Diretoria Geral, foi oficialmente incorporado à estrutura administrativa do STJ, sendo transformado na Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS), por meio da Resolução STJ N. 8 - 14/08/2014. Passou assim a vincular-se diretamente à Presidência do Tribunal, o que significou importante e pioneiro reconhecimento da importância da questão socioambiental na gestão do Poder Judiciário do país.

Diante do exposto resta demonstrada a importância e relevância de se analisar com maior profundidade o case de gestão socioambiental do Superior Tribunal de Justiça, o qual se destaca como referencial de inovação ao lograr êxitos sucessivos na inserção da filosofia de sustentabilidade na gestão pública do Poder Judiciário brasileiro.

2.4 Problema da pesquisa

Os desafios da preservação ambiental se tornaram uma demanda que atinge toda a sociedade e exigem novas posturas dos governos para que transformem o discurso ambiental em soluções. Por meio de algumas iniciativas, o governo brasileiro tem fomentado uma atuação no âmbito federal orientada por critérios socioambientais, como no caso da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES).

Entretanto, apesar de tais incentivos, os gestores públicos frequentemente questionam-se acerca de quais são as ações realmente mais efetivas, que consigam minimizar os impactos ambientais advindos da atuação estatal e como elas repercutem na gestão e cultura organizacional das instituições onde são aplicadas.

As iniciativas de gestão socioambiental desenvolvidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), têm se destacado por buscar a eficiência de gastos e redução do impacto ambiental de suas atividades, se tornando um case de referência, premiado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2014 no 5º Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade (Prêmio A3P). Dessa forma esse trabalho irá detalhar quais são essas ações, campanhas e resultados alcançados para que as boas práticas possam ser melhoradas e aplicadas em outras instituições.

2.5 Hipóteses

A sustentabilidade na gestão pública deve ser estudada para a compreensão de importantes demandas atuais da sociedade, envolvida em uma crescente crise ambiental, energética, hídrica e alimentar. A pesquisa buscará identificar quais seriam as melhores práticas em curso no Superior Tribunal de Justiça, instituição de referência no judiciário brasileiro, e avaliará as seguintes hipóteses:

- além da mitigação de impactos ambientais, a aplicação prática do pensamento sustentável na gestão pública também revela componente de economia de recursos financeiros para as organizações;
- já existem boas práticas de sustentabilidade na gestão pública brasileira a serem melhor identificadas, avaliadas, compiladas e divulgadas ao cidadão e outras instituições;
- a adoção de critérios de sustentabilidade na gestão pública tem um efeito multiplicador na conscientização dos colaboradores da instituição, de suas famílias e de seu círculo de convívio.

3. CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO

A gestão socioambiental nas organizações, também chamada de responsabilidade socioambiental, é um conceito relativamente recente e sua compreensão abrange as definições de gestão ambiental e responsabilidade social, concomitantemente.

Genebaldo Freire Dias (apud BLIACHERIS e FERREIRA, 2012) entende que a responsabilidade social “está baseado em uma série de princípios delineadores: respeito ao meio ambiente, aos direitos dos trabalhadores, aos direitos humanos, atuação com transparência, comportamento ético, prestação de contas (*accountability*) e respeito aos interesses das partes interessadas (*stakeholders*)”.

A gestão ambiental seria um “conjunto de medidas e procedimentos que permitem identificar problemas ambientais gerados pelas atividades da instituição, como a poluição e o desperdício, e rever critérios de atuação (normas e diretrizes), incorporando novas práticas capazes de reduzir ou eliminar danos ao meio ambiente” (BLIACHERIS e FERREIRA, 2012).

O conceito chamado de *Triple Bottom Line* (TBL) foi apresentado por Elkington em 1994, compatibilizando opiniões e criando um ambiente mais favorável para a adoção de práticas de sustentabilidade nas organizações. Esse conceito ganhou maior destaque a partir de 1997 com a publicação do livro *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*.



Figura 1 – O *Triple Bottom Line*

(Fonte: <http://www.teitelbaum.com.br/consultoria/producao-limpa.php>)

Assim, a responsabilidade socioambiental pode ser entendida como um sistema de gestão adotada por instituições públicas e privadas abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais da gestão da organização conhecido como *Triple Bottom Line* (TBL), ou Tripé da Sustentabilidade. O termo “sustentabilidade” seria o resultado da interação desses três aspectos, sendo que recentemente mais um tem sido considerado: o aspecto cultural.

A incompatibilidade entre a manutenção dos atuais padrões de consumo e a preservação do meio ambiente tem resultado em pressão da sociedade por mudanças inclusive nas organizações públicas e privadas. Dessa forma, a gestão socioambiental tem deixado de ser uma teoria acadêmica e se consolida como um tema estratégico e de sobrevivência das instituições.

A Conferência de Estocolmo de 1972 é considerada o marco inicial do surgimento das preocupações com o meio ambiente e da repercussão mundial sobre o tema. Segundo Clarke e Timberlake (1982), até então eram contabilizados 10 ministérios do meio ambiente no mundo, mas em 1982, 10 anos após Estocolmo, cerca de 110 nações já possuíam ministérios ou estruturas oficiais responsáveis pelo tema da preservação ambiental.

O termo sustentabilidade, por sua vez, foi citado pela primeira vez em 1987 durante reunião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU), no documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), conhecido como Relatório *Brundtland*, como “a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”.

A partir de 1982 a ONU promoveu diversos eventos com o tema ambiental, com destaque para a ECO 92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, o Protocolo de Quioto, ocorrido no Japão em 1997, e a RIO +20, também realizada no Rio de Janeiro, em 2012. Os eventos contaram com participação de representantes de governos do mundo todo e foram palco de importantes divulgações de pesquisas como o “*Intergovernmental Panel on Climate Change*” (IPCC), que confirmou a incompatibilidade dos padrões de consumo atual em relação à capacidade de extração e regeneração dos recursos naturais disponíveis no planeta.

Como um dos reflexos da participação proeminente do Brasil nos principais eventos mundiais de promoção da preservação ambiental e sustentabilidade, o país tem produzido diversas leis sobre o tema. A própria Constituição Federal de 1988 dedica um capítulo inteiro para o meio ambiente e suas diretrizes originaram diversas normas correlatas como a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (1989), a Política Nacional de Recursos Hídricos (1997), a Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010).

Além da vasta legislação específica relativa ao tema meio ambiente e sustentabilidade, é importante também destacar a importância das ações, projetos e programas governamentais que estimulam o debate ambiental na gestão pública. Nesse sentido, há ações de referência no âmbito internacional, no setor público brasileiro e, mais especificamente para delimitar o objeto dessa pesquisa, no Poder Judiciário.

No campo internacional destaca-se o conceito de “Produção mais Limpa” (P+L), definido em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Organização pelo Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO). Trata-se da aplicação contínua de estratégia ambiental integrada a processos de produção, produtos e serviços para que se aumente a eco eficiência e se reduzam os riscos à saúde e ao meio ambiente¹. Recentemente esse conceito ampliado e incorporou novas variáveis como, por exemplo, as questões sociais, levando ao conceito da “Produção e Consumo Sustentáveis” (PCS).

Em que pese haver aplicação mais óbvia nos processos produtivos industriais, o conceito de “P+L” e “PCS” podem ser aplicados analogamente nas atividades da administração pública para que sejam baseadas na eficiência, racionalidade e economicidade, ou seja, para que alcancem mais resultados com menos recursos. Tais conceitos aplicados à gestão pública incluem a redução do consumo de recursos financeiros e naturais e exigem investimentos contínuos na melhoria de processos de trabalho para que se atinja uma melhoria integrada e real na prestação de serviços à sociedade.

¹ (Em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/do-conceito-de-pl-para-o-conceito-de-pcs>>. Acesso em 25 fev. 2014)

No âmbito brasileiro, o Ministério do Meio Ambiente instituiu, em 2001, a **Agenda Ambiental da Administração Pública**, conhecido como **A3P**, a qual se caracteriza por um conjunto de ações visando à mudança da cultura organizacional das instituições públicas em busca da preservação ambiental aliada à economia de recursos. O programa tem registrado ampla adesão, com participação de instituições públicas de diversos poderes e instâncias.

Em 2001, o Tribunal de Contas da União (TCU) editou o Acórdão N.º 1.752/2001 recomendando ações para se diminuir o gasto público e estimular a preservação ambiental, em atendimento a diversos acordos internacionais relativos ao clima e meio ambiente dos quais o Brasil é signatário. Por meio dessa decisão foi solicitado que a administração pública brasileira adote medidas para reduzir o uso de recursos naturais, principalmente água, energia elétrica e papel.

Assim, em 2012 o governo federal criou o Projeto Esplanada Sustentável (PES) de forma a integrar diversos programas já existentes, reduzir gastos, preservar o meio ambiente e conceder benefícios orçamentários aos órgãos que atingirem as metas de economia pré-estabelecidas.

A Advocacia-Geral da União (AGU), em 2010, e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em 2012, também se mobilizaram para criar mecanismos de gestão pública sustentável e desenvolveram Manuais de Licitações Sustentáveis com diretrizes visando maior eficiência do gasto público, estímulo à inserção de critérios de responsabilidade socioambiental nas licitações como, por exemplo, aquisição exclusiva de lâmpadas de baixo consumo, utilização de madeira proveniente de reflorestamento, uso de produtos de limpeza não poluentes, análise de ciclo de vida dos produtos, entre outros.

A análise dos impactos ambientais do setor público brasileiro é uma tarefa complexa e extensa, mas a redução do universo de análise pode revelar tendências importantes. O caso do Poder Judiciário chama a atenção pelo consumo sempre abundante de papel, matéria-prima que constitui os próprios processos judiciais, petições, decisões, recursos e publicações. Nesse aspecto, as soluções de virtualização e digitalização de documentos e processos têm se destacado fortemente no combate ao desperdício de recursos e eficiência.

No contexto do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - órgão difusor de normativas administrativas do Poder Judiciário - recomendou em 2007 que os Tribunais brasileiros adotassem políticas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado. O órgão sugeriu a adoção de medidas como a utilização de papel reciclado nos impressos, instituição da coleta seletiva de resíduos com doação a entidades assistenciais para correta destinação dos resíduos, utilização de impressoras com impressão frente e verso, utilização consciente e responsável de energia e combustíveis, entre outros.

Em seguida, o CNJ definiu por meio da Resolução Nº 70/2009 que a Responsabilidade Social e Ambiental é um atributo de valor para a sociedade e, durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário realizado em 2010, uma das 10 metas fixadas para os Tribunais de todo o país definiu uma redução de no mínimo 2% no consumo per capita de papel, energia, água, telefone e combustível, tomando como base os valores de 2009, como forma de lidar com duas questões importantes: o desafio da preservação ambiental e o gasto público eficiente.

Com estímulos crescentes a uma cultura de sustentabilidade entre os tribunais superiores, Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Superior do Trabalho (TST) passaram a criar núcleos em suas estruturas para a promoção de ações e projetos relacionados à gestão socioambiental, como economia de recursos, combate contínuo ao desperdício, racionalização no uso de materiais, descarte ambientalmente responsável de resíduos e conscientização de seu corpo funcional.

A sociedade tem cobrado respostas da Administração Pública em relação aos desafios ambientais. A eficácia das iniciativas existentes depende de mudanças culturais nas organizações e na sociedade. Ser sustentável é ser responsável com cada decisão e com as respectivas repercussões futuras. É importante perceber também que a diminuição dos impactos ambientais do setor público depende de um real envolvimento dos agentes públicos, servidores, gestores e colaboradores terceirizados a partir da real compreensão do momento que a sociedade enfrenta e na necessidade premente de cooperação de todos na busca e implementação de soluções.

4. SUSTENTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA

Diante da atual competitividade, as organizações precisam ter grande capacidade de adaptabilidade e inovação em busca de um diferencial estratégico. Nesse contexto de mudanças constantes, o fator ambiental veio se consolidando desde meados da década de 80 como tema de importância que tem exigido novas posturas e, assim, o produto deixou de ser o único protagonista na busca constante por maior eficiência e iniciou-se um movimento de identificação, dimensionamento e mitigação dos impactos ambientais nas organizações.

A gestão socioambiental se originou a partir de análises econômicas realizadas no setor privado, quando as organizações verificaram que a quantidade de poluentes gerados nos ciclos industriais possuía relação direta com desperdícios e desconformidades nos processos produtivos e que tais problemas poderiam ser minimizados por maior controle, ajuste de equipamentos, substituição de matérias-primas e insumos (SEIFERT apud BLIACHERIS e FERREIRA, 2012).

A partir da adoção de práticas de gestão socioambiental, as organizações privadas perceberam que, além da redução do impacto ambiental, houve diminuição de desperdícios, aumento de eficiência, redução de custos e melhoria da sua imagem perante *stakeholders*. Também houve melhorias no clima organizacional, pois os colaboradores tendem a reconhecer como positivo a empresa considerar outras questões mais amplas do que somente o lucro. A ampliação dessas práticas tem originado a denominada Economia Verde.

O PNUMA define Economia Verde como a que compatibiliza o bem-estar humano, a igualdade social e a redução dos impactos ambientais, baseada na redução da emissão de carbono, uso eficiente dos recursos naturais e inclusão social. Resultado de trabalho de especialistas, o documento Relatório de Economia Verde, apresentado em 2011 na conferência Rio+20, defende que a Economia Verde resultaria em aumento global do Produto Interno Bruto e nível de emprego em médio e longo prazo por meio de investimentos em eficiência energética, energias renováveis, tecnologias ambientais e incentivos públicos verdes².

² (Em: <<http://www.radarrio20.org.br/index.php?r=conteudo/view&id=12&idmenu=20>>. Acesso em: 2/11/2014)

A adoção de medidas socioambientais nas organizações também repercute de forma positiva nos mercados por estimular toda a cadeia produtiva em direção à preservação ambiental e inclusão social. Esse fato também gera reflexos na sociedade, pois amplia a conscientização ambiental do cidadão comum e repercute em um maior gerenciamento do lixo doméstico, consumo de produtos orgânicos e produtos que não são testados em animais, uso consciente de água, energia e transporte individual motorizado, entre outros.

O setor público é um importante consumidor e produtor de bens e serviços e, portanto, gerador de impactos ambientais significativos. Assim, programas de gestão pública orientados para a sustentabilidade alteram padrões de produção e consumo “por meio da adoção de novos referenciais de desempenho e atuação, pela inserção da variável socioambiental nas atividades diárias, gerando economia de recursos públicos e fomentando a consciência ambiental nas instituições públicas” (BLIACHERIS E FERREIRA, 2012).

Dessa forma percebe-se a importância vital da redução dos impactos socioambientais negativos gerados pela atuação estatal e o papel da administração pública como indutora das mudanças econômicas e sociais rumo a novos padrões de consumo pautados pela sua real necessidade, economicidade e eficiência. Tais mudanças de paradigmas incluem, por exemplo, no investimento em eco-eficiência de procedimentos para eliminar o uso do papel por meio da adoção de soluções digitais que agilizem os processos, minimizem desperdícios e reduzam o consumo de recursos naturais.

4.1 A sustentabilidade e a legislação

No Brasil, a criação do Código Florestal Brasileiro, em 1934, definiu limitações para a ocupação do solo e uso dos recursos naturais e pode ser considerada uma das primeiras iniciativas legais voltadas ao tema ambiental. Décadas adiante, já com uma cultura ambientalista se consolidando no exterior e no país nos anos 1980, a Lei Nº 6.938/1981 instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente e criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), sendo considerado um referencial para todas as políticas públicas subsequentes que tratam dessa temática.

A Constituição Federal de 1988, uma das mais modernas e avançadas do mundo, reconheceu a importância do tema e dedicou um capítulo inteiro para o meio ambiente – além de diversos dispositivos avulsos – onde se destaca o seu artigo 225, *in verbis*:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A partir das diretrizes trazidas pela Política Nacional do Meio Ambiente e Constituição Federal de 1988, várias outras normas e regulamentos foram formulados para tratar de conservação ambiental, ecossistemas, educação ambiental, água, biodiversidade, saneamento e outros temas correlatos, destacando-se:

- Resolução CONAMA Nº 5/1989, que trata da qualidade do ar;
- Lei Nº 9.433/1997, que cria a Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Lei Nº 9.605/1998, a Lei de Crimes Ambientais;
- Lei Nº 9.795/1999, que define a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Nº 9.985/2000 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- Lei Nº 11.445/2007 que dispõe sobre diretrizes de Saneamento Básico;
- Lei Nº 12.187/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Lei Nº 12.305/2010, que define a Política Nacional de Resíduos Sólidos e
- Lei Nº 10.257/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Outro exemplo de normativa recente que contempla esforços para adoção de práticas sustentáveis na gestão pública é o Decreto N.º 5.940/2006, o qual trata da separação de resíduos recicláveis na administração pública federal e dispõe que os materiais recicláveis devem ser destinados a associações e cooperativas para promover a reciclagem e a inclusão social. Trata-se de uma norma que exemplifica como a questão ambiental e seus desdobramentos sociais são interdependentes e assim devem ser abordados.

O tema ambiental também demanda ajustes em leis já existentes para que passem a contemplar conceitos de sustentabilidade. Exemplo disso é a alteração promovida no artigo 3º da Lei de Licitações e Contratos, Lei Nº 8.666/1993, passando a promover o desenvolvimento sustentável nas licitações. Tal dispositivo foi posteriormente regulamentado pelo Decreto Nº 7.746/2012, considerando a sustentabilidade como critério de escolha nas licitações, *in verbis*:

Art. 2º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório, conforme o disposto neste Decreto.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

O Tribunal de Contas da União (TCU) percebeu a responsabilidade estatal na promoção da preservação ambiental e como a mudança de paradigmas de consumo pode, inclusive, trazer economia ao erário. Em decorrência de uma série considerável de auditorias, o TCU publicou o Acórdão N.º 1.752/2011, pelo qual determinou a elaboração e implantação de políticas públicas, ações de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos nas instituições públicas, para economia, especialmente, de água, energia elétrica e papel.

Tal decisão também se deveu aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil ao aderir a acordos como Agenda 21, Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, Processo de Marrakesh, além do que dispõe diversas normas vigentes como as Leis Nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos), 10.295/2001 (Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia), 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC), Decreto N.º 5.940/2006 e Instrução Normativa SLTI/MPOG N.º 1/2010.

Em decorrência do Acórdão N.º 1.752/2011, o governo federal criou o Projeto Esplanada Sustentável (PES) em 2012, o qual tem por objetivo a integração das seguintes ações do Poder Executivo Federal: Programa de Eficiência do Gasto – PEG; Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel; Coleta Seletiva Solidária e a própria A3P. Essa iniciativa possui um enfoque mais orçamentário, é coordenado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e inclui benefícios orçamentários aos órgãos que atinjam as metas de economia pré-estabelecidas.

Além de assumir os conceitos da A3P, o PES tem como objetivo promover de forma mais efetiva a aplicação dos Programas federais citados (Procel e PEG), bem como a sustentabilidade e a qualidade do gasto público, ações de eficiência energética, consumo racional de recursos naturais, gestão integrada de resíduos, melhoria da qualidade de vida e reconhecimento de melhores práticas.

A participação das instituições públicas nesse Projeto também é feita de forma voluntária por meio de assinatura de Termo de Adesão e diagnóstico institucional para definição de metas de redução de consumo de água, energia, material de consumo, telecomunicações, vigilância, limpeza e conservação, apoio administrativo, serviço de processamento de dados, manutenção e conservação de bens imóveis, diárias e passagens, locação de imóveis e veículos.

O PES é então operacionalizado via plataforma *web* chamado Sistema Projeto Esplanada Sustentável (SisPES), a ser alimentado de forma contínua pela instituição participante para acompanhamento da realização das despesas e das metas de redução. Os resultados são avaliados em cada exercício anual e as eventuais metas atingidas se revertem em bônus orçamentários.

No âmbito do Poder Judiciário, por meio da Recomendação CNJ 11/2007, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitou aos tribunais a adoção de políticas e ações para um ambiente ecologicamente equilibrado, bem como conscientização de seu corpo funcional e jurisdicionados acerca da importância da preservação ambiental. O CNJ ainda reconheceu que a responsabilidade socioambiental é um atributo de valor para a sociedade.

4.2 A referência no governo federal

O governo brasileiro tem despertado para a importância estratégica da sustentabilidade na gestão pública e estruturado ações visando à diminuição dos impactos ambientais de suas atividades. Uma das iniciativas mais bem sucedidas nesse sentido é a **Agenda Ambiental na Administração Pública**, ou **A3P**. Criada em 1999, essa ação vem se consolidando no âmbito federal, foi institucionalizada como um Programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e vem também se destacando nos Planos Plurianuais (PPA) como um Projeto Estratégico.

De forma objetiva, a Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa que busca incorporar critérios de sustentabilidade nas rotinas administrativas, reduzir gastos, revisar padrões de consumo, conscientizar os servidores públicos para esse tema, organizar e replicar novos referenciais de sustentabilidade na administração. Atualmente mais de 70 instituições públicas aderiram voluntariamente à A3P, dentre as quais ministérios do poder executivo federal, assembleias legislativas, prefeituras, tribunais de justiça estaduais, tribunais superiores, ministérios públicos estaduais, autarquias e fundações.

Para incentivar a aplicação de critérios socioambientais na gestão pública, a A3P organizou uma cartilha a ser adotada pelas instituições parceiras. O documento trata da legislação e políticas públicas, acordos mundiais sobre meio ambiente, preservação e clima, situa a A3P no setor público e dispõe sobre seus objetivos e os cinco eixos temáticos a serem priorizados pelas organizações: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis.



Figura 2 – Cartilha da A3P

As orientações da A3P se baseiam no conceito dos **5R: Reciclar, Repensar, Reaproveitar, Reduzir e Recusar** o consumo de produtos com alto impacto ambiental. Devido à consistência de seus princípios, fica patente que a A3P foi concebida para aplicação no setor público, mas suas diretrizes são igualmente aplicáveis nas organizações privadas.

A formalização das instituições na A3P ocorre por meio da assinatura de Termo de Adesão, o qual registra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e com a gestão transparente (CARTILHA A3P, 2009, P.86). A seguir é feito um plano de trabalho contendo indicadores, metas, ações e prazos de execução. A adesão voluntária ao programa, em geral, demonstra um real interesse das instituições participantes em relação à aplicação dos preceitos de sustentabilidade em suas atividades.

A implantação da A3P ocorre por meio da formação de Comissão Gestora interna, responsável por elaborar diagnóstico organizacional com mapeamento de custos e dados de consumo de itens relevantes com a finalidade de orientar temas dos planos de trabalho e respectivas campanhas de sensibilização. A divulgação da A3P na instituição e das ações dela decorrentes é fundamental para que haja maior engajamento do corpo funcional e que o monitoramento de resultados é atividade fundamental para o sucesso do programa.

Com o objetivo de estimular o debate acerca das políticas públicas, intercâmbio de experiências e divulgação de iniciativas, a A3P promove, a cada dois anos, o “Fórum da Agenda Ambiental na Administração Pública” e o “Prêmio Melhores Práticas”, por meio do qual são reconhecidas as melhores experiências realizadas entre as instituições participantes do programa. Na 8ª edição do Fórum e 5ª edição do Prêmio, em 2014, houve 71 instituições concorrendo em quatro categorias de premiação: Gestão de Resíduos; Manejo Sustentável de Recursos Naturais; Inovação na Gestão Pública e Destaque da Rede A3P.

Destaca-se que, dentre sete finalistas, o Superior Tribunal de Justiça foi a instituição vencedora com a “**Campanha Consumo Consciente**” na categoria “**Inovação na Gestão Pública**”, uma conquista e grande incentivo ao trabalho realizado pelo Programa de Responsabilidade Socioambiental da instituição.

5. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO PODER JUDICIÁRIO

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi criado pela Constituição Federal de 1988, a partir do antigo Tribunal Federal de Recursos e é um dos órgãos máximos do Poder Judiciário brasileiro. É o guardião do ordenamento jurídico federal e tem a atribuição de julgar, em última instância, todas as matérias infraconstitucionais não especializadas, ou seja, ações judiciais que fujam da alçada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Superior Tribunal Militar.

Denominado “Tribunal da Cidadania” por ter sido criado pela “Constituição Cidadã”, o Superior Tribunal de Justiça já ultrapassou a significativa marca de 4,5 milhões de ações julgadas, recebendo mais de 360 mil processos somente em 2013. Com sede em Brasília, o STJ é formado por 33 Ministros nomeados pela Presidência da República, originados de Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça estaduais e Ministério Público, além de advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O STJ ocupa complexo de seis edifícios que totalizam aproximadamente 138.000 m² de área construída e abrigam uma força de trabalho de 3.478 pessoas entre ministros, juízes auxiliares, desembargadores convocados, servidores efetivos e estagiários, além de outros 1.551 colaboradores terceirizados. À população fixa acima de 5.000 usuários se somam diariamente centenas de usuários externos. Para a manutenção de tal estrutura, estimam-se recursos orçamentários de mais de R\$1 bilhão para o STJ em 2014, o que significa cerca de 3% do total de recursos destinados ao Poder Judiciário (R\$35 bilhões) e 0,05% do orçamento da União (R\$2,4 trilhões).

Tais números traduzem a envergadura da estrutura física e operacional que essa instituição mobiliza para a realização de suas atividades judicantes e a extrema necessidade de monitoramento e redução dos impactos ambientais delas decorrentes. Fica claro nesse caso a necessidade de uma gestão responsável e orientada pelos preceitos de sustentabilidade traduzidos por economia de recursos, combate ao desperdício, estímulo à inclusão social, melhoria na qualidade de vida dos colaboradores.

Ciente dessa importância, o STJ criou em 2008 o Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), por meio da Portaria nº 426/2008, com a tarefa inicial de gerenciar o atendimento da meta prioritária n. 6 do CNJ para 2010, a qual determinava a redução em pelo menos 2% do consumo per capita de energia, telefone, papel, água e combustível para o ano seguinte. A atuação do PRSA baseou-se inicialmente em ações para preservação ambiental e promoção social como gestão de resíduos, combate ao desperdício, inclusão de critérios socioambientais nas licitações e sensibilização quanto à sustentabilidade, de forma a promover uma real mudança de cultura corporativa e da sociedade.

Desde a sua criação, o Programa de Responsabilidade Socioambiental foi subordinado à Diretoria-Geral do Tribunal, o que significou comprometimento da alta administração, postura fundamental para o apoio e repercussão de mudanças na cultura organizacional, nem sempre populares e que, eventualmente, podem gerar resistências internas. Tal posição hierárquica na instituição também propiciou maior credibilidade da unidade frente ao corpo de magistrados, servidores e colaboradores terceirizados.

Para a operação, inicialmente servidores de outras unidades eram designados para atuar no PRSA de forma cumulativa, o que se mostrou pouco efetivo diante das dificuldades em conciliar as atividades. Assim, em 2008 foi instituída uma Comissão Permanente, com o objetivo de executar as ações que foram estruturadas por meio dos projetos STJ Ambiental e STJ Solidário. O STJ Ambiental visa à criação de uma cultura de responsabilidade ambiental que se traduza em redução de impactos ambientais, de consumo de recursos e promoção da qualidade de vida. O STJ Solidário estimula o voluntariado por meio de ações de inclusão social e digital, visitas a instituições assistenciais e outras campanhas específicas.



Figura 3 – Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ (PRSA/STJ)

Em 2010, o STJ aderiu à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programa federal do Ministério do Meio Ambiente. A partir de então a estruturação do PRSA se consolidou e atualmente conta com uma equipe operacional de oito pessoas, atuando por meio da aplicação dos cinco eixos temáticos da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos; licitações sustentáveis; sensibilização e capacitação dos servidores e qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Por meio da Resolução STJ Nº 8 de 14 de agosto de 2014, o PRSA foi oficialmente incorporado à estrutura administrativa do STJ e transformado na Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS). Dessa forma a coordenação das ações de gestão socioambiental pela primeira vez se subordinou diretamente à Presidência de um Tribunal Superior, o que significou importante e pioneiro reconhecimento da importância da questão socioambiental na gestão do Poder Judiciário brasileiro.



Figura 4 – Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS)

5.1 A inovação do processo eletrônico

A missão institucional do Superior Tribunal de Justiça é processar e julgar, garantindo uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais por meio de uma atuação de qualidade, efetiva e célere. Sua atuação ocorre por meio de processos judiciais, além dos processos administrativos das atividades de apoio.

Tais processos consomem muito papel e demandam espaço de armazenamento, logística de transporte e tramitação, além de horas de trabalho do corpo funcional, o qual chegava a receber uma média de 1.200 novos processos diariamente. A morosidade da Justiça e a quantidade de recursos de apelação possíveis multiplicavam essa realidade ao longo de anos ou décadas de tramitação de apenas um processo dentro do STJ.

A Lei Nº 11.419/2006 dispôs sobre a informatização do processo judicial e reconheceu a importância do processo eletrônico ou virtual para acelerar a tramitação e julgamento dos processos, motivo de grande insatisfação da sociedade em relação ao Poder Judiciário. Em 2008, em conjunto com o fortalecimento da atuação do PRSA, a Presidência do STJ decidiu enfrentar o desafio de implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no órgão e lançou o projeto “**Justiça na Era Virtual**”, o qual significou um marco na gestão pública no Poder Judiciário.

Além da adaptação do parque tecnológico do órgão com a aquisição e remanejamento de equipamentos para a criação de uma estrutura de transição, a fase inicial de virtualização demandou a criação de *softwares* e intervenção no espaço do Tribunal para comportar equipamentos e pessoal. O intenso trabalho de digitalização dos processos existentes durou 18 meses, abrangeu 4.700 processos e vem sendo realizado através de parceria com ONG, por cerca de 300 deficientes auditivos.

Em 2008, 2 a 4% das petições eram eletrônicas e a tramitação da petição durava de 2 a 3 dias até ser juntada aos autos. Em 2014, 76% das petições são eletrônicas e essa tramitação média é de 20 minutos. A implantação do processo eletrônico no STJ significou, em médio prazo, diversas vantagens econômicas e ambientais, para a instituição e sociedade:

- agilidade da tramitação processual, com transparência e publicidade;
- integração com outras interfaces tecnológicas (aplicativos, *internet*, *e-mail*);
- economia de recursos públicos e privados por meio da eliminação de gastos com logística, pessoal e material;
- menos emissões decorrentes da queima de combustíveis nos trajetos físicos de pessoas e processos entre fóruns, tribunais e STJ;
- diminuição do consumo e diminuição de resíduos de papel e outros materiais de escritório;
- melhoria da qualidade de vida dos servidores por meio da liberação de espaço físico na instituição;
- realocação da força de trabalho da instituição para outras tarefas.

O STJ foi o primeiro tribunal do mundo a se tornar totalmente digital, atingindo em 2014 mais de um milhão de processos digitalizados³. Cabe destacar que o projeto de virtualização processual venceu o *Premio Innovare* 2010 na Categoria Tribunal, sendo considerado pelo Banco Mundial como uma boa prática internacional recomendada a países que buscam a modernização de sua justiça. Pode-se considerar que o STJ obteve êxito na meta da extinção completa do processo em papel e que sua iniciativa tem efeito propagador sobre todo o Poder Judiciário⁴.

Especificamente em relação ao consumo de papel, principal resíduo gerado nas atividades do Poder Judiciário, pode-se afirmar que a virtualização de processos contribuiu de forma decisiva para uma redução de 44% nas aquisições entre 2008 e 2013, e com substituição quase integral do papel branco pelo papel reciclado.

5.2 A destinação dos resíduos

A gestão adequada de resíduos baseia-se na separação e coleta dos resíduos orgânicos e dos potencialmente recicláveis, no momento que são produzidos. Tal processo é fundamental para que a logística de transporte e transformação dos materiais em outro produto ou insumo industrial ocorra de forma eficiente. Também é essencial que haja participação de cooperativas de catadores nesse processo, de maneira que a gestão de resíduos seja instrumento de inclusão social e atenda o Decreto Nº 5.940/2006.

Como materiais orgânicos entende-se restos de alimentos em geral, cascas de frutas e legumes, sacos de chá, cascas de ovo, borra de café, podas de jardinagem, aparas de madeira, cinzas, entre outros. Por sua vez, os resíduos inorgânicos devem ser separados de acordo com a sua natureza em coletores específicos, seguindo o código de cores definidos pela Resolução Conama Nº 275/2001: papéis (azul); plásticos (vermelho); metais (amarelo); vidros (verde); resíduos não recicláveis ou misturados (cinza) e resíduos perigosos (laranja).

³ (Em: < http://stj.jus.br/portal_stj/objeto/texto/impressao.wsp?tmp.estilo=&tmp.area=398&tmp.texto=113897>. Acessado em 7/11/2014)

⁴ (Em: <http://jus.com.br/artigos/22247/processo-judicial-eletronico-e-sua-implantacao-no-poder-judiciario-brasileiro/3>. Acessado em 8/11/2014)

A separação de resíduos no STJ, denominada **Coleta Seletiva Solidária**, foi iniciada em 2005 e exigiu superação de obstáculos administrativos e resistências internas de servidores e demais colaboradores, pois incluiu a alteração de hábitos e rotinas já estabelecidas. Inicialmente, a coleta seletiva foi solução para organizar a significativa quantidade de resíduos gerados, o que exigia logística do próprio órgão para armazenamento temporário, transporte e destinação final. Posteriormente os resíduos recicláveis se consolidaram como produtos de valor social e econômico, o que impulsionou e ampliou a coleta seletiva como prática de sustentabilidade.

A partir de 2008, a gestão adequada de resíduos do STJ tomou novo impulso devido às melhorias na estruturação do então PRSA, e esse eixo temático da A3P se tornou o foco inicial das ações de sustentabilidade no órgão. Houve sua formalização, concepção e execução de ações como aquisição de coletores (lixeiras), contêineres e sacos de lixo coloridos e oxibiodegradáveis, supressão de lixeiras comuns nas estações de trabalho e sua substituição por caixas individuais para descarte de papel. Também houve campanhas de conscientização do corpo funcional e dos colaboradores responsáveis pela destinação dos resíduos quanto à importância da coleta seletiva.



Figura 5 – Cartaz das campanhas de coleta seletiva



Figura 6 – Coletores das circulações externas do STJ



Figura 7 – Coletores das circulações internas do STJ



Figura 8 – Caixas individuais para descarte de papel

De forma a atender ao disposto no Decreto 5.940/2006, houve um trabalho intenso de pesquisa e lançamento de editais públicos para a seleção de interessados, resultando na formalização de parcerias entre o STJ e Cooperativas de Catadores para encaminhamento dos resíduos de papel, plástico (incluindo isopor), vidro, metal e madeira gerados pelo órgão. As quantidades de resíduos destinados à reciclagem foram bastante significativas, conforme tabela a seguir fornecida pela Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS):

Tabela 1 – Quantidade de resíduos recicláveis coletados no STJ

RESÍDUOS RECICLÁVEIS (em quilos)						
Ano	Vidro	Plástico	Isopor	Papel e Papelão	Metal	Pilhas e Baterias
2008	-	55.478	-	39.107	-	-
2009	-	49.196	-	36.833	-	-
2010	-	73.213	-	31.278	-	119
2011	101	8.633	201	49.895	404	191
2012	-	8.849	139	67.319	486	91
2013	-	7.026	50	52.361	-	24
2014	-	10.146	203	33.141	120	-
TOTAL	101	212.541	593	286.206	1.010	425

(Fonte: AGS / STJ)

A falta de alguns dados na tabela decorreu de inexistência de procedimentos de pesagem dos materiais recicláveis no início da implantação da coleta seletiva. A pesagem dos resíduos é um procedimento fundamental para o registro dos indicadores, no entanto houve dificuldades para sua implantação junto aos gestores, colaboradores e cooperados, além de dificuldades devido ao modelo da balança adquirida pelo órgão não permitir a pesagem por contêiner, mas somente por sacos.

A análise de particularidades e tendências a partir dos dados apresentados por indicadores é essencial para o monitoramento das ações de sustentabilidade. Nesse caso, na destinação do vidro para indústrias de reciclagem, verificou-se grande dificuldade das cooperativas de catadores parceiras do STJ realizarem tal tarefa de forma satisfatória. Tal fato, aliado à baixa quantidade desse material produzida pelo órgão, explica a realização de sua coleta seletiva e destinação para reciclagem apenas no ano de 2011.

Entre os anos de 2008 e 2013 observou-se uma redução de 87% no quantitativo de plásticos, explicado pela redução no consumo de materiais de expediente, garrafas plásticas de 500 ml para água mineral e copos plásticos descartáveis. O isopor tem sido destinado à reciclagem desde 2011 por meio de cooperativa de Goiânia (a 200 km de Brasília), contudo nos anos anteriores era destinado ao lixo comum. Devido ao isopor ser um derivado de petróleo, esse material atualmente é destinado ao contêiner para plásticos.

Quanto ao papel, entre 2008 e 2010 houve uma redução de 20% na destinação devido à redução no consumo. Os aumentos nas quantidades desse material em 2011 e 201 são explicados pelo descarte de mais de 46 toneladas de documentos judiciais e 72 toneladas de documentos administrativos nesse período, motivado por expiração de prazos adotados pelos setores responsáveis pela gestão documental. Nesse período também se registrou troca de equipamentos de informática, o que gerou grande quantidade de embalagens. Nos anos seguintes observa-se tendência de nova queda nos números de controle.

Verifica-se que não há quantidade significativa de metal para descarte no STJ, que em sua maioria é oriundo de consumo de alimentos ou trazido pelo público externo. Entretanto, como se trata de um material coletado e encaminhado para a reciclagem com relativa facilidade e é um dos mais valorizados pelas cooperativas parceiras, é contabilizado para efeito de acompanhamento de indicadores e tendências de comportamento.

Pilhas e baterias possuem metais pesados em sua composição e o seu descarte no lixo comum favorece a contaminação do meio ambiente, o que explica seu recolhimento nos coletores de cor laranja, destinados a resíduos perigosos. Em 2008 e 2009 as pilhas e baterias coletadas pelo STJ eram encaminhadas ao Banco Real e sua pesagem não era realizada. A partir de 2010 iniciou-se a pesagem, observando-se sua diminuição gradativa. Como se trata de um resíduo em grande parte produzido externamente e não pelo próprio órgão, a diminuição da coleta pode ser explicada pelo aumento do uso de pilhas e baterias recarregáveis e pelos pontos de coleta desse tipo de material terem se multiplicado na cidade.

Outro resíduo produzido pelo STJ que demanda cuidados especiais em seu descarte devido a sua toxicidade é o de lâmpadas tubulares fluorescentes, classificadas como “resíduo classe I” (perigosas) pela NBR 10004 devido à presença de gás argônio e mercúrio, além de componentes de alumínio e chumbo, contaminantes do solo, água e ar. Entre 2004 e 2011 mais de 31 toneladas de lâmpadas foram descartadas por empresa especializada, com descontaminação, reaproveitamento do vidro, do mercúrio e de seus componentes metálicos.

O tribunal tem realizado estudos para substituição dessas lâmpadas por tubulares do tipo LED em algumas de suas dependências. Caso seja confirmada a viabilidade, haverá economia significativa de energia elétrica e diminuição de impactos ambientais. Em relação às lâmpadas fluorescentes, as do tipo LED duram até cinco vezes mais, consomem 55% menos energia, não emitem luz ultravioleta e não são consideradas um resíduo perigoso. Entretanto seu custo ainda é muito alto, podendo atingir dez vezes o valor da lâmpada fluorescente (BLEY, 2012).

O STJ também gera resíduos não recicláveis. O óleo usado de motores de veículos é encaminhado para empresa credenciada na Agência Nacional do Petróleo (ANP). Quanto a resíduos hospitalares do serviço de saúde, há destinação específica para empresa que faz o descarte ambientalmente correto, o qual era feito anteriormente pela própria Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal.

Em relação aos resíduos orgânicos, aproximadamente 1,4 toneladas de borra de café produzidas mensalmente pelo STJ têm sido destinadas à compostagem realizada em parceria pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Essa prática, além de ambientalmente responsável, também resulta em economia, diminuindo a aquisição de adubo para a manutenção do paisagismo de ambas instituições.

Além da coleta seletiva de seus resíduos, o Programa de Responsabilidade Socioambiental promove a coleta de resíduos específicos produzidos externamente pelos seus colaboradores, com coleta e destinação desse material. Assim, além da já citada coleta de pilhas e baterias, também é estimulada a coleta de óleo de cozinha usado e lixo eletrônico (equipamentos e componentes).

5.2.1 Reaproveitamento de óleo usado

Como uma forma de estimular a conscientização ambiental fora da instituição e promover a destinação ambientalmente correta do óleo de cozinha utilizado pelo seu corpo funcional, desde 2011 o STJ firmou parceria com a Companhia de Águas e Esgotos de Brasília (CAESB), por meio da manutenção de um Ponto de Entrega Voluntário (PEV) do **Projeto Biguá** em suas dependências. Através dessa iniciativa, a CAESB coleta e destina esse tipo de resíduo a instituições assistenciais para a fabricação de biodiesel e sabão.

Ressalta-se que um litro de óleo descartado de forma incorreta nos esgotos pode contaminar, segundo dados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), 20 mil litros de água, além de promover a impermeabilização do solo e a contaminação do lençol freático. Até meados de 2014 foram destinados cerca de 150 litros de óleo de cozinha para o Projeto Biguá, o que significa que 3.000.000 litros de água deixaram de ser contaminados.



Figura 9 – PEV do Projeto Biguá da Caesb no STJ

5.2.2 Reciclagem de lixo eletrônico

Outra ação que visa a conscientização dos usuários do tribunal é a coleta e destinação de lixo eletrônico por meio da **Campanha Ecotônico**, instituída em 2013. Por meio de pontos de coleta instalados no STJ, são descartados equipamentos eletrônicos obsoletos, em desuso ou danificados como computadores, impressoras, filmadoras, máquinas fotográficas, calculadoras, entre outros, bem como cabos, componentes, pilhas e baterias. Não se trata de equipamentos do próprio órgão, visto que esses têm destinação própria como doação a outros órgãos públicos.

Os resíduos eletrônicos são doados para a Estação de Metarreciclagem de Samambaia, que faz parte de rede com unidades em Teresina/PI, São Paulo/SP, Contagem/MG e Valparaíso/GO. Essa instituição promove a inclusão social por meio da capacitação técnica em informática de jovens e adultos, o reuso de computadores e equipamentos de informática e a reciclagem e correta destinação do lixo eletrônico. Até meados de 2014 foram destinados 176 kg desse tipo de resíduo coletados no STJ.



Figura 10 – Ponto de coleta da Campanha Ecotônico

5.2.3 Reutilizando materiais

A gestão dos resíduos no Tribunal também deu origem ao projeto **STJ Reutiliza**, em fase inicial de implantação no segundo semestre de 2014. Essa ação busca economia para o órgão e conscientização de todo o corpo funcional sobre revisão dos hábitos de consumo por meio de exemplos de reaproveitamento e reciclagem de materiais ociosos, obsoletos ou inservíveis, tais como:

- divisórias de madeira inservíveis para fabricação de bancos, *cachepots* de vasos para plantas e lixeiras, assim como expositores da Feira Orgânica da “Praça do Servidor”;
- latas de tinta vazias utilizadas como vasos de plantas e coletores das lixeiras da Praça do Servidor;
- *banners* de lona vinílica para fabricação de almofadas para os bancos da Praça do Servidor, feito por cooperativa de artesãos contratada;
- capas de processos adquiridas em quantidade antes da implantação da virtualização de processos aproveitados como porta-clips, capas de blocos de anotações e capas de blocos de recados;
- papéis impressos em uma face e coletados nas caixas individuais de descarte originam blocos de anotações e de recados;
- caixas plásticas de fitas magnéticas de *backup* da área de informática servem para comportar blocos de recados.



Figura 11 – Bloco de notas, bloco de recados e porta-clips



Figura 12 – Praça do Servidor. Ao fundo, os expositores da Feira Orgânica



Figura 13 – Bancos de madeira e lixeiras de material reaproveitado

O espaço de convívio denominado “Praça do Servidor” - utilizado para feiras, eventos e campanhas - foi revitalizado em 2014 por meio da instalação de mobiliário fabricado a partir de reaproveitamento de divisórias de madeira inservíveis, além de utilização de latas de tinta vazias como suporte de vasos e sacos de lixo. Nesse projeto também foram fabricados expositores para a Feira Orgânica do STJ, a qual ocorre semanalmente nesse mesmo local desde 2010 e promove a consciência ambiental, a produção e o consumo de alimentos mais saudáveis. Destaca-se que toda essa intervenção teve custo zero para a instituição e tem contribuído para a melhoria do clima organizacional.

5.3 A avaliação do consumo institucional

Em relação aos novos paradigmas de consumo decorrentes da crise ambiental que o mundo atravessa, Jackson (2006) adverte que a discussão do consumo sustentável deve considerar questões comportamentais e culturais do consumo já que são fatores que formatam o resultado final da escala do consumo de recursos do planeta. É necessário o desenvolvimento de um consumidor que se sinta “responsável” pelos seus hábitos de consumo, pelos seus impactos no meio ambiente e o desenvolvimento da sociedade.

A aplicação de práticas de sustentabilidade em uma organização busca a redução do consumo de recursos, revisão de hábitos, melhorias de processos internos eliminando de etapas não essenciais, desperdícios e retrabalhos. Quando tais iniciativas resultam em mudanças organizacionais, podem gerar resistências internas, demandando trabalho contínuo de conscientização quanto à importância de mudanças da instituição rumo à sustentabilidade, com incentivo a novas práticas para a construção de uma Cultura Organizacional Verde.

Desde 2008 o PRSA desenvolveu campanhas contínuas de conscientização para uso racional da água, energia elétrica e recursos materiais, por meio de eventos, palestras e encenações teatrais. Como essas ações mostraram-se inicialmente pouco eficazes devido ao baixo comparecimento do público, as palestras passaram a ocorrer diretamente com servidores, dentro de cada unidade-alvo e resultaram em economias significativas, em conjunto com intervenções físicas em melhorias de equipamentos (torneiras, descargas sanitárias, iluminação, condicionamento de ar, elevadores, entre outros).

Especificamente em relação ao consumo de materiais de expediente, firmaram-se parcerias do PRSA com diversas unidades do órgão para obtenção de dados de consumo e avaliação de tendências. Foram realizadas análises comparativas de diversos itens entre unidades similares, com identificação de desconformidades. Após extensa pesquisa foi constatado que a maioria dos pedidos de materiais das unidades do STJ era realizada sem metodologia ou planejamento, de forma aleatória e injustificada. Diante disso, em 2010 iniciou-se a revisão dos procedimentos relacionados ao pedido de materiais para um melhor planejamento, gestão racional e combate aos desperdícios.

Como resultado desse processo foi criado o projeto “Campanha do Consumo Consciente”, para o qual foram elaboradas palestras customizadas para cada unidade a ser visitada, baseadas nos respectivos dados de consumo e abordando temas como racionalização do consumo, adoção de novos padrões de consumo, eliminação dos estoques paralelos existentes dentro das unidades, desperdício de materiais e aperfeiçoamento geral da gestão.

A metodologia adotada pela Campanha Consumo Consciente explorou o conceito de corresponsabilidade no trato do erário, assim como preconiza Jackson (2006), expondo e quantificando como a participação de cada um se desdobra em resultados que afetam a instituição como um todo. Assim obteve-se um maior envolvimento e comprometimento do servidor a partir do momento que ele se sentiu responsável pela situação a ser corrigida.

Os resultados da Campanha Consumo Consciente foram muito expressivos e, em conjunto com outras inovações na gestão como a virtualização total dos processos e substituição de aquisição de impressoras por contrato de *outsourcing* (locação), se refletiram em uma redução de gastos com material de expediente da ordem de 48%, entre os anos de 2009 e 2013.

Gráfico 1 – Consumo de materiais de expediente do STJ entre 2009 e 2013



(Fonte: Boletins Estatísticos Administrativos do STJ)

A análise dos dados de consumo é essencial nos esforços de uma gestão mais sustentável por possibilitar a identificação de tendências, sazonalidades e explicações para desconformidades. Para esse tipo de análise mais aprofundada também muito útil é o cruzamento de dados numéricos de consumo com outros tipos referentes a perfil da unidade consumidora, por exemplo.

Como exemplo, ao cruzarem-se dados de consumo e perfil de usuário, concluiu-se que gastos acentuados de papel em gabinetes em regra relacionavam-se com dificuldades no manuseio do processo eletrônico, fato comum com Magistrados mais antigos ou originados de instituições sem a cultura do processo digitalizado. Para esses casos foram intensificadas ações como estímulo à impressão dupla face, uso de ecofonte (fonte que utiliza menos toner para impressão) e configuração do equipamento para impressão em qualidade rascunho.

Ressalta-se que o sucesso da Campanha Consumo Consciente depende da melhoria contínua dos processos de trabalho, incorporação de novas tecnologias às rotinas estabelecidas e capacitação de gestores na busca de uma gestão mais responsável e eficiente. Essa ação se caracteriza por mudanças culturais combatendo o desperdício e o consumo excessivo, abertura de canais de comunicação que esclareçam sobre os impactos ambientais e metas de redução, conscientização sobre o planejamento do pedido de materiais e melhorias na gestão de materiais, respaldadas por monitoramento e avaliações periódicas.

Como um desdobramento da Campanha Consumo Consciente, a ação **Semana de Descarte** consiste na programação de uma semana por ano na qual as unidades são chamadas voluntariamente a verificar seus estoques de materiais de expediente esquecidos em armários e gavetas – os estoques paralelos, bem como a existência de móveis e equipamentos ociosos. Dessa maneira, tais itens são recolhidos pela unidade responsável pela gestão de Patrimônio e encaminhados para o devido reaproveitamento, reintegração aos estoques gerais do almoxarifado, reciclagem ou doação, caso obsoletos ou inservíveis.

Ainda merece ser lembrado que a efetividade da Campanha Consumo Consciente foi reconhecida nacionalmente por meio do primeiro lugar na categoria **“Inovação na Gestão Pública”**, na 5ª edição do Prêmio A3P promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

5.3.1 Reduzindo o consumo de água em garrafas

As análises dos dados também revelaram potencial de redução de consumo das garrafas plásticas individuais de 500 ml para água mineral, hábito injustificável que gera anualmente toneladas de resíduos plásticos. Também se comprovou que o valor da água mineral acondicionada nas garrafas menores é 75% maior do que a do garrafão de 20 litros, sem diferença de qualidade entre elas. Por motivos similares também foi decidido estimular o uso de copos individuais laváveis (retornáveis) em substituição ao uso intensivo de copos plásticos descartáveis.

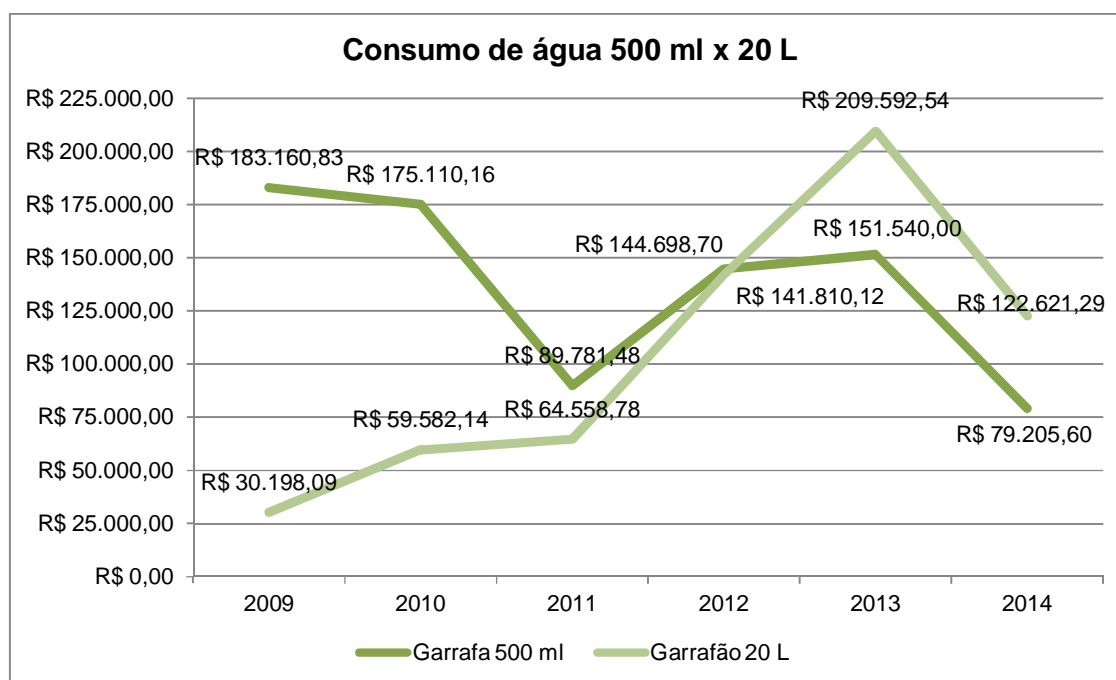
Assim, de 2008 a 2010 foi realizada a campanha “Diga NÃO às garrafas de plástico no STJ”, esclarecendo às unidades de trabalho quanto ao impacto ambiental gerado, a falta de razoabilidade e o desperdício de água decorrentes de tal hábito. Simultaneamente, foi ampliada a instalação de garrafões de 20 litros nas circulações internas do Tribunal e distribuídos mais de três mil copos plásticos retornáveis aos servidores e colaboradores.



Figura 14 – Cartaz da campanha contra as garrafas plásticas

A análise do consumo demonstra que houve aumento constante das aquisições de garrafões de 20 litros de água mineral e queda, ainda que oscilante, nas aquisições de garrafas individuais de 500 ml. Segundo informações da AGS, nos anos de 2011 e 2012 a campanha não foi realizada e tal fato implicou no aumento das aquisições de água mineral em garrafas individuais nos anos de 2012 e 2013. Com a retomada das ações de conscientização, os dados de 2014 revelam nova queda do consumo de garrafas individuais de água mineral.

Gráfico 2 – Comparativo de consumo de água mineral (garrafas individuais e garrafões 20 L)



(Fonte: AGS / STJ)

O comportamento dos dados de consumo no caso da água mineral demonstra a grande importância da manutenção constante das campanhas de conscientização para que a mudança cultural rumo a uma gestão pública sustentável se consolide nas organizações. Interromper esse trabalho junto aos agentes públicos significa negligenciar ações bem sucedidas e pode significar a perda de conquistas significativas.

5.4 A sustentabilidade nas licitações

A temática das licitações é tratada pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 como uma exigência a ser obedecida pela administração pública, como segue:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A Lei 8.666/1993 confirma e detalha a diretriz constitucional, inserindo a questão da sustentabilidade nas aquisições, *in verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Assim, a licitação é entendida como um procedimento administrativo por meio do qual se convoca empresas para que ofertem bens e serviços para o Estado, garantindo-se a igualdade de condições na disputa entre elas e selecionando-se a proposta mais vantajosa para a administração pública.

Por sua vez, a sustentabilidade se baseia na harmonização dos aspectos econômicos, sociais e ambientais da sociedade e busca promover a preservação ambiental para a produção de recursos renováveis, o respeito quanto à capacidade de recuperação da natureza e a limitação do uso de recursos não renováveis (SACHS apud SANTOS, 2011). Conforme o Relatório Brundtland (1987), sustentabilidade é garantir uma relação economicamente viável, suprimindo as necessidades do presente sem afetar as necessidades das próximas gerações.

As licitações sustentáveis podem então serem entendidas como as que levam em consideração a sustentabilidade ambiental, social e econômica dos produtos e processos envolvidos nas compras públicas por serem importantes geradoras de impactos ambientais e econômicos. Diante disso, os gestores devem se basear nas melhores práticas para compatibilizar os aspectos econômicos, ambientais e sociais nas aquisições públicas (CARTILHA A3P, 2009, p.47).

Em 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), publicou a Instrução Normativa MPOG/SLTI Nº1/2010 dispondo sobre “os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública”, significando um marco no tema ambiental aplicado às aquisições do setor público.

O STJ instituiu formalmente uma Comissão de Licitações Sustentáveis (CLS) em 2012, composta por servidores de diversas unidades sob coordenação da AGS, com a atribuição de analisar todos os processos administrativos relevantes que tratam de aquisições de bens, contratação de serviços e obras no órgão.

A CLS tem a finalidade de avaliar a inserção de critérios de sustentabilidade nesses processos e pretende elaborar manual contendo revisão de procedimentos de licitação, bem como sistematização dessas recomendações baseadas em linhas temáticas. Sua atuação inclui avaliar Termos de Referência e Projetos Básicos, quanto à real necessidade da compra, existência de alternativas de produtos mais sustentáveis (reciclados, recicláveis, com “selo verde”, entre outros), diminuição da quantidade de resíduos da compra (menos embalagens, embalagens recicláveis), destinação das embalagens e produtos a serem substituídos, entre outros.

Trata-se de um complexo trabalho de pesquisa constante e multidisciplinar que abrange conhecimentos de economia, engenharia de materiais, química, engenharia civil, biologia, entre outras, e que deve, inclusive, tentar considerar questões mais subjetivas ou complexas como o ciclo de vida do material, ou seja, que tipos de impactos ambientais não explícitos estão envolvidos na sua fabricação. Para tanto é necessária capacitação dos membros da CLS e, principalmente, de gestores e servidores das unidades demandantes de forma que a cultura de licitação sustentável se consolide como uma prática do órgão.

5.5 A Solidariedade e o voluntariado

Além das ações de sustentabilidade promovidas pelo **STJ Ambiental**, a Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) também promove o incentivo ao voluntariado através do **STJ Solidário**, por meio do qual desde 2013 são organizadas ações de Visitas Solidárias a instituições de assistência social, além de alfabetização, ensino supletivo e inclusão digital de colaboradores terceirizados.

As Visitas Solidárias ocorrem periodicamente com a participação dos servidores do órgão e visam promover a conscientização acerca da importância do apoio da sociedade a instituições beneficentes e assistenciais, tanto em relação a auxílio material quanto, principalmente, afetivo às pessoas ali atendidas.

Após avaliar as sugestões recebidas, a AGS divulga, organiza e promove o transporte dos servidores às instituições como creches, orfanatos, asilos e abrigos em um dia útil da semana. Em 2013 e 2014 foram visitadas 11 instituições, beneficiando quase 700 pessoas e com a participação de quase 160 colaboradores do STJ nas ações.

O STJ Solidário também atua na capacitação dos colaboradores terceirizados por meio dos cursos “Alfabetização de Adultos” e “Educação de Jovens e Adultos à distância – EJA” (supletivo para ensino fundamental e ensino médio), ambos em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, além do curso de Inclusão Digital, sempre no horário de almoço, sem custos e nas dependências do STJ. Em todos os cursos há servidores atuando como instrutores voluntários e são incluídas aulas de educação ambiental, higiene pessoal e controle financeiro.

Tabela 2 – Ações do STJ Solidário / AGS

ANO	Alfabetização de Adultos	EJA	Inclusão Digital	Capital humano do STJ envolvido
2013	31	-	52	3
2014	24	29	36	26
Total	55	29	88	29

(fonte: AGS/STJ)

As ações de inclusão social promovem a melhoria de desempenho no trabalho dos colaboradores terceirizados, além do resgate a autoestima e satisfação pessoal, a criação do orgulho por trabalhar na instituição e a diminuição da rotatividade nos postos de trabalho.

5.6 A consolidação da gestão socioambiental

No geral, a gestão pública brasileira ainda não reconheceu a importância estratégica da gestão sustentável, delegando essa tarefa a núcleos estruturados de forma precária em termos de equipamentos e pessoal e sem o necessário apoio institucional. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça se destaca como vanguarda na institucionalização da gestão pública sustentável, por meio da criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) em 2008, o que se ratifica diante das constantes solicitações para que a atual AGS compartilhe sua experiência em diversas instituições públicas, entre as quais:

- Presidência da República;
- Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG);
- Advocacia Geral da União (AGU);
- Agência Nacional de Águas (ANA);
- Instituto de Pesquisa Econômica Avançada (IPEA);
- Imprensa Nacional;
- Correios;
- Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- Tribunais de Justiça do Amazonas (TJAM), Pernambuco (TJPE) e Goiás (TJGO);
- Tribunal de Contas da União (TCU).

O Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ (PRSA) foi esteve vinculado à Direção Geral do STJ desde sua criação, o que proporcionou a vantagem do comprometimento da alta administração. Assim, os esforços iniciais do PRSA buscaram consolidar a importância da sua atuação, com campanhas objetivas e em constante aperfeiçoamento em busca de resultados efetivos que confirmassem sua importância estratégica para órgão.

Reconhecendo esse trabalho, em agosto de 2014 o Conselho de Administração do STJ - composto pelos Ministros mais antigos da Corte, criou a Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) de forma pioneira no Poder Judiciário e vinculando-a diretamente à Secretaria da Presidência do Tribunal.

Essa mudança formalizou a atuação socioambiental no nível estratégico da organização, consolidou as ações desenvolvidas e o entendimento da sustentabilidade como um dos Objetivos do Plano Estratégico do STJ de 2010 a 2014⁵. A pioneira criação da AGS teve efeito multiplicador no Poder Judiciário e tem estimulado demais órgãos a melhor estruturarem suas unidades socioambientais e valorizar aquelas já existentes.

Importante ressaltar a realização, no STJ, do “I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável”, organizado pelo então PRSA em junho de 2014, com mais de 400 participantes oriundos de todo o Poder Judiciário brasileiro. Após o sucesso do evento, formou-se Grupo de Trabalho que apresentou ao CNJ Minuta de Resolução para que haja obrigatoriedade de criação de Unidades Socioambientais nos órgãos do Poder Judiciário, o que seria uma importante resposta e incentivo aos que se dedicam a consolidar as práticas de sustentabilidade na gestão pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios provocados pela crise climática exigem uma aplicação prática e objetiva do conceito da sustentabilidade social e ambiental na administração pública. Ainda que haja respostas eficientes de diversas instituições a esse problema, tais iniciativas, programas e ações têm se multiplicado de forma quase aleatória, sendo ainda necessário que a gestão do conhecimento organizacional se debruce sobre esse tema, promovendo a sistematização para replicação eficiente dessas práticas.

Nesse sentido, destaca-se mais uma vez a iniciativa da Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério do Meio Ambiente por manter em seu site o Banco de Boas Práticas para servir como registro e divulgação das melhores práticas de responsabilidade socioambiental de instituições que participam do programa, reconhecidas pelo Prêmio A3P. Ainda assim, verifica-se que as informações estão desatualizadas, constando somente dados de 2009 a 2012.

⁵ (Em: < <http://www.stj.jus.br/publicacao seriada/index.php/plano/article/view/302/2972>>. Acessado em 8/11/2014)

Para que ações de sustentabilidade obtenham sucesso na organização, deve existir em sua estrutura uma unidade socioambiental formalmente estruturada, contando com espaço físico, equipamentos e equipe dedicada a essa tarefa. Também é importante haver apoio institucional da alta administração à atuação dessa unidade, principalmente devido ao fato de suas decisões e ações alcançarem todas as unidades da instituição e, muitas das vezes, irem de encontro a hábitos e rotinas já estabelecidas, o que pode resultar em resistências a mudanças na cultura organizacional que se mostrem necessárias.

O Superior Tribunal de Justiça tem se destacado no Poder Judiciário em relação ao caráter de inovação e pioneirismo de suas ações, baseadas em sua maioria nos preceitos da sustentabilidade preconizados pela A3P. Contribui fortemente nesse sentido a instituição haver compreendido a responsabilidade socioambiental como um objetivo estratégico a ser alcançado e, aos poucos, ter estruturado a uma unidade especialmente dedicada a essa tarefa, inicialmente como Programa de Responsabilidade Socioambiental, e atualmente como Assessoria de Gestão Socioambiental.

O reconhecimento da responsabilidade socioambiental como um valor importante para a instituição tem se revertido em resultados positivos e consistentes no STJ. Além dos efeitos positivos na diminuição dos impactos ambientais, há um efeito simultâneo de economia de recursos. Os impactos ambientais estão intimamente ligados ao desperdício de recursos, ineficiência de ações e processos e falta de planejamento e a correção desses aspectos indiscutivelmente se refletem nos custos operacionais das organizações.

A diminuição efetiva dos impactos ambientais originados da atuação estatal depende da motivação, incentivo e capacitação dos gestores públicos e demais servidores para que compreendam esse processo e se envolvam na busca de soluções e resultados. Esse processo abrange a revisão crítica constante de procedimentos, práticas e modelos de gestão, redução do desperdício de recursos, gestão adequada de resíduos, adoção de critérios de sustentabilidade nas licitações, enfim, a busca pela eficiência. Fazer mais com o mínimo possível não pode ser somente tarefa de uma unidade socioambiental. Tem que fazer parte da cultura organizacional.

Importante ainda registrar que a atuação socioambiental repercute de forma sistêmica e atinge direta ou indiretamente todas as unidades da instituição ao tratar de conceitos amplos como eficiência no uso dos recursos, qualidade das aquisições e da gestão de materiais, revisão e aperfeiçoamento de procedimentos internos em diversas áreas operacionais como serviço de coleta de resíduos, copa e limpeza, e até mesmo nas decisões relativas a projetos e obras físicas.

Outro aspecto relevante da gestão pública socioambiental de resultados é o efeito multiplicador entre magistrados, servidores, colaboradores terceirizados e visitantes do órgão ao instigar constantemente uma postura crítica em relação ao consumo, destinação de resíduos e economia de recursos, dentro e fora da instituição. Sem dúvida, estimular esses valores na organização se reflete nas famílias e círculos de relacionamento dos *stakeholders* da organização.

De acordo com a pesquisa, foi possível verificar que as ações mais eficazes para minimizar os impactos ambientais são as que tratam de problemas básicos como coleta seletiva de resíduos e revisão e redução de consumo. Afinal, a organização pública que consome e descarta sem critérios ou controle multiplica fortemente os inevitáveis impactos que causa ao meio ambiente. Também se verifica que as ações apresentam resultados mais significativos quando há o envolvimento de toda a instituição no processo, incluindo a coleta de dados, avaliação dos problemas, estruturação física da ação, até a conscientização dos atores envolvidos na sua implantação.

Exemplo disso é a iniciativa da coleta e destinação de resíduos orgânicos e recicláveis, a qual dependeu do planejamento estratégico de toda a ação, com domínio de todos os procedimentos envolvidos, reorganização da logística de coleta e destinação dos materiais, treinamento dos profissionais que tratam diretamente com a limpeza do órgão, bem como a conscientização do corpo funcional e visitantes. A mesma lógica é aplicável à Campanha Consumo Consciente, onde o trabalho de pesquisa, coleta e análise de dados de consumo com a participação de diversas unidades sob a coordenação da AGS foi fundamental para a identificação e organização das melhores estratégias de atuação, originando novas formas de abordagem, exposição dos problemas e convencimento dos atores envolvidos.

Importante também destacar as ações sociais do STJ Solidário são fundamentais para amplificar as potencialidades da força de trabalho atuante na instituição, possibilitando melhoria considerável no entendimento e execução das tarefas delegadas aos colaboradores terceirizados, pois ações bem planejadas e mal executadas tendem ao fracasso. Além do ganho direto à instituição e ao trabalhador, estimulam-se valores positivos como solidariedade e afetividade, com repercussões muito positivas no clima organizacional.

As ações para promoção da sustentabilidade mais efetivas e consistentes são aquelas implementadas de forma mais estratégica, buscando a inovação com criatividade e envolvimento de toda a organização. Ações isoladas e concebidas de forma burocrática dificilmente atingirão seus objetivos, ainda que repliquem experiências bem sucedidas. É preciso estar atento às particularidades de cada instituição, de sua cultura organizacional e do perfil e expectativas de seus colaboradores.

Analisando-se o caso do STJ, percebe-se que a gestão pública sustentável se torna mais viável e produz resultados ao considerar os seguintes aspectos:

- desconstruir a crença de que sustentabilidade é um assunto subjetivo, restrito a “bichos e plantas” e desconectado das rotinas diárias;
- conscientizar os colaboradores da instituição de que o tema ambiental é grave, urgente e atinge a todos sem distinção;
- determinar objetivos claros e planejar estratégias em relação às ações mais relevantes a serem empreendidas e quais são os fatores que podem levar a seu insucesso;
- comunicar-se de forma eficiente, próxima e customizada de acordo com o público a ser atingido;
- investir no convencimento e envolvimento de todo o corpo funcional da instituição por meio de dados estatísticos;
- promover ações coordenadas e interligadas entre si e com alcance visível a todas as unidades da instituição;
- adotar equipamentos, softwares e tecnologias de virtualização de procedimentos que possibilitem a diminuição de recursos, em especial papel;

- apoio da alta administração dando condições de sustentar eventuais mudanças de cultura organizacional.

As ações de gestão pública sustentável construídas pela Assessoria de Gestão Socioambiental do STJ reforçam a percepção da relevância do papel dos gestores públicos como indutores de mudanças culturais nas instituições que acabam por reverberar na sociedade como um todo. Percebe-se que no STJ há uma consciência cada vez mais explícita dos impactos ambientais diretos e indiretos que a instituição causa e que é um dever institucional minimizá-los tanto quanto possível.

A consolidação de uma consciência ambiental nas instituições públicas e privadas depende de mudanças na cultura organizacional, sendo para isso necessário que ocorra a reflexão quanto à percepção de mundo e dos modelos de produção e de consumo, bem como a promoção de valores como ética, coerência e responsabilidade nas ações cotidianas. Boas práticas dificilmente repercutem com a eficiência necessária sem a necessária conscientização do motivo pelas quais estão sendo propostas. Assim, ser sustentável é ter plena consciência das próprias ações do presente e de todas as suas repercussões no futuro, e é a postura que vem sendo cobrada pela sociedade aos governos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLEY, Francis Bergmann. **LEDs versus Lâmpadas Convencionais**: Viabilizando a troca. 2012. Especialize IPOG Revista On Line. Disponível em: <<http://www.businessstur.com.br/uploads/arquivos/9892c8941ef4a84c8c47d8a8ccdfda57.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (Coord.) **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados, Comissão de Participação Legislativa. **Anteprojeto de Lei sobre a informatização do processo judicial**. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=8008&fileame=Tramitacao-SUG+1/2001+CLP. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília: Senado, 1988.

_____. **Decreto n. 5940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 out. 2006.

_____. **Lei n. 10.295, de 17 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 17 out. 2001.

_____. **Lei n. 12.187, de 29 de setembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 29 set. 2009.

_____. **Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 02 ago. 2010.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 31 ago. 1981.

_____. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993**. Institui Normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> acesso em 7/10/2014.

_____. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jan. 1997

_____. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. **Cartilha da A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Orçamento Federal. **Projeto Esplanada Sustentável**. Brasília, 2012. 17 slides. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/abertura.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2014.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jan 2010.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Gestão da Informação. **Boletim Estatístico Administrativo do STJ**. Brasília, 2010, 2011, 2012, 2013. Disponível em: <<https://intrasec.stj.jus.br/SGL/jsps/main.jsp?imlnTab=BL1000&imlnTabPai=ML&imlnTabAvo=GE>>. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Coordenadoria de Gestão da Informação. **Boletim Estatístico Judicial do STJ**. Brasília, 2010, 2011, 2012, 2013. Disponível em: <<https://intrasec.stj.jus.br/SGL/jsps/main.jsp?imlnTab=BL3000&imlnTabPai=ML&imlnTabAvo=GE>>. Acesso em: 7 set. 2014.

_____. Superior Tribunal De Justiça. Secretaria Judiciária. **Resolução n.º 01/2010**. Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/advanced-search>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 1.752/2011 - Plenário**. Auditoria para avaliar as ações adotadas pela administração pública federal relativamente à utilização racional de água, energia elétrica e papel.

BRUNDTLAND, G.H. et al. (1988) **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Relatório de 1987 da Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU.

CLARKE; TIMBERLAKE. **A paráfrase dos princípios da declaração, 1982**. In: **PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE MUNDIAL – GEO**, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2002.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. Trad. Patrícia Martins Ramalho. São Paulo: Makron Books, 2001.

JACKSON, Tim. **Sustainable Consumption**. In: ATKINSON, G.; DIETZ, S.; NEUMAYER, E. In: **Handbook of Sustainable Development**. Edward Elgar Publishing, 2006.

NICOLETTI, Ana Maria Abrahão. **Consumo Consciente**: Um modelo de gestão no Superior Tribunal de Justiça. 2011. Elaborado pela equipe do Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotSites/mostra-da-qualidade/pdf/trabalhos/socioambiental/o-consumo-consciente-no-stj.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

REIS, Lineu Belico dos, FADIGAS, Eliane A. F. Amaral, CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. 2ª Edição revista e atualizada. Barueri, SP: Manole, 2012.

SANTOS, Murilo Giordan; BARKI, Tereza Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e contratações públicas sustentáveis**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SEWELL, Graville Hardwick. **Administração e controle de qualidade ambiental**. Tradução de Gildo Magalhães dos Santos Filho. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.